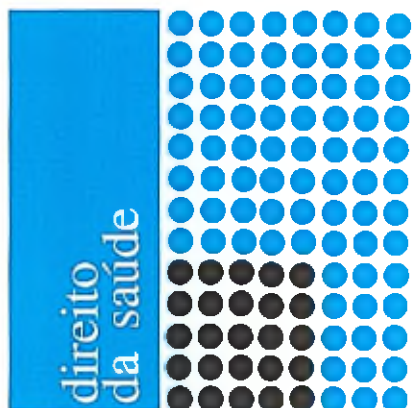


A política de saúde para 1996



Neste trimestre começamos por assinalar a publicação da Lei n.º 10-A/96, de 23 de Março, que este ano, mais tarde do que habitualmente, vem estabelecer as Grandes Opções do Plano para o desenvolvimento da política económica e social a prosseguir em 1996.

Nos termos deste diploma, a política de saúde deverá ser fortemente orientada para a promoção da saúde e prevenção da doença, a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde e a promoção da qualidade do atendimento e das prestações:

SAÚDE E BEM-ESTAR	Promoção da saúde/prevenção da doença	
	SNS	Qualidade Financiamento Reforma
	Saúde e cooperação internacional	

COMBATE À TOXICODPENDÊNCIA



Gabinete de Direito da Saúde/Alexandra Campos

O combate à toxicodependência surge destacado como objectivo prioritário não só ao nível da tomada de medidas tendentes ao desincentivo ao consumo de estupefacientes e apoio a programas de recuperação, mas também, num âmbito mais lato, através de uma acção concertada de entidades de diferentes áreas que vão desde os serviços dos Ministérios da Saúde, da Justiça e do Emprego e Solidariedade Social até aos municípios, juntas de freguesia e instituições particulares de solidariedade social.

Este ataque, que se pretende frontal, deverá ser diversificado e articulado e materializado em grande parte pela mão do Estado, mas unicamente através da dos cidadãos poderão concretizar-se muitos deles e obter resultados positivos na abordagem sistémica da reinserção social.

Ainda dentro desta temática, foi publicada a Portaria n.º 94/96, de 26 de Março, que define:

- Os procedimentos de diagnóstico e os exames periciais necessários à caracterização do estado de toxicodependência;

- O modo de intervenção dos serviços de saúde especializados no apoio às autoridades policiais e judiciais;
- Os limites quantitativos máximos de princípio activo para cada dose média individual diária das substâncias ou preparações de consumo mais frequente.

A necessidade de caracterização do estado de toxicodependência surge na esteira do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que, ao rever a legislação de combate à droga, prevê um regime sancionatório quase simbólico ao consumidor toxicodependente, procurando que o contacto com a justiça sirva para o incentivar ao tratamento. Nestes termos, os artigos 43.º, 52.º e 62.º do referido decreto-lei estabelecem a necessidade da realização de exames periciais que, a concluírem pelo estado de toxicodependência do arguido, irão determinar a suspensão da execução da pena se este se sujeitar, voluntariamente, a tratamento ou internamento em estabelecimento adequado, pela forma e no tempo que o tribunal determinar.

Antecipando a publicação das Grandes Opções do Plano, que prevêem a elaboração de uma carta de equipamentos de saúde baseada em critérios de qualidade, equidade geográfica, sustentabilidade e custo-eficácia, o Despacho n.º 41/96, da Ministra da Saúde, publicado no *DR*, 2.ª, de 7 de Março, determina a criação, composição e competências de um grupo de trabalho para elaboração desta carta, com o objectivo de proceder a uma definição detalhada de todas as estruturas prestadoras de cuidados de saúde primários e diferenciados, de modo a melhorar os níveis de saúde das populações, corrigindo as desigualdades no acesso àqueles cuidados e aumentando a eficácia dos serviços e a qualidade dos cuidados a prestar. Este grupo de trabalho deverá apresentar um relatório preliminar no prazo de seis meses.

É ainda de realçar o Despacho n.º 62/96, da Ministra da Saúde, publicado no *DR*, 2.ª, de 22 de Março, que determina a criação de um grupo de trabalho para avaliação da possibilidade de criação de um registo nacional de produtos biológicos de origem humana e de biotecnologia, com vista à regulamentação da actividade terapêutica com estes produtos, a que se recorre cada vez com maior frequência.

Neste trimestre, tal como no anterior, talvez possa afirmar-se que grande parte dos diplomas publicados na área da saúde denotam como característica comum uma intenção de mudança, patente, por exemplo, na constituição de várias comissões *ad hoc*.

Legislação

1. Administração Pública

Portaria n.º 101-A/96, de 4 de Abril, DR n.º 81, Série I-B, 2.º suplemento.

Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional para o ano de 1996.

Anúncio n.º 5/96, DR n.º 114, II Série, de 16 de Maio.

Declaração de ilegalidade das normas dos n.ºs 1.º e 5.º da Portaria n.º 1093-A/94, de 7 de Dezembro, que actualizou as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1.º da Portaria n.º 87/95, de 31 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 31 de Janeiro de 1995.

V. *ADSE e Ministério da Saúde.*

2. Administrações regionais de saúde

Decreto-Lei n.º 45/96, de 11 de Maio, DR n.º 110, Série I-A.

Procede à prorrogação, até 31 de Dezembro de 1996, do prazo de vigência do regime de instalação das administrações regionais de saúde.

3. ADSE

Aviso, ADSE, DR n.º 49, II Série, de 27 de Fevereiro de 1996.

Dá conhecimento das alterações sofridas nos acordos celebrados no âmbito das próteses estomatológicas.

Aviso, ADSE, DR n.º 49, II Série, de 27 de Fevereiro de 1996.

Dá conhecimento das alterações sofridas nos acordos celebrados com as entidades no âmbito de actos de estomatologia.

Aviso, ADSE, DR n.º 74, II Série, de 27 de Março de 1996.

Dá conhecimento das alterações sofridas nos acordos celebrados com os prestadores nas modalidades de cardiologia, cirurgia plástica e reconstrutiva, clínica geral, dermatologia, fisioterapia, generalista, análises clínicas,

anatomia patológica, medicina física e de reabilitação e radiologia.

Aviso, ADSE, DR n.º 74, II Série, de 27 de Março de 1996.

Dá conhecimento dos prestadores que aderiram às convenções existentes nas modalidades de cirurgia plástica e reconstrutiva, clínica geral, fisioterapia, imunoalergologia, pediatria, análises clínicas, medicina física e de reabilitação, radiologia e serviços cardíco-vasculares.

Portaria n.º 118/96, de 16 de Abril, DR n.º 90, Série I-B.

Define o âmbito territorial da competência dos médicos da ADSE ou por ela convenccionados ou credenciados incumbidos da verificação domiciliária da doença dos funcionários e agentes da Administração Pública.

Aviso, ADSE, DR n.º 106, II Série, de 7 de Maio de 1996.

Dá conhecimento das alterações sofridas nos acordos celebrados no âmbito de actos de estomatologia.

Aviso, ADSE, DR n.º 106, II Série, de 7 de Maio de 1996.

Dá conhecimento das alterações sofridas nos acordos celebrados no âmbito das próteses estomatológicas.

Portaria n.º 162/92, de 17 de Maio, DR n.º 115, Série I-B.

Aprova o novo modelo de cartão de identificação de beneficiário da ADSE.

4. Águas

Despacho Normativo n.º 15/96, de 22 de Abril, DR n.º 95, Série I-B.

Estabelece normas relativas ao financiamento a conceder pelo Fundo de Turismo aos projectos de construção e equipamento de estações de tratamento de águas residuais a realizar em empreendimentos turísticos.

5. Alimentos

Portaria n.º 56/96, de 22 de Fevereiro, DR n.º 45, Série I-B.

Altera a Portaria n.º 1068/95, de 30 de Agosto [altera o regulamento aprovado pela Portaria n.º 533/93, de 21 de Maio (aprova o Regulamento das Normas Sanitárias Aplicáveis à Produção e Colocação no Mercado de Leite Cru, de Leite de Consumo Tratado Termicamente, de Leite Destinado à Transformação e de Produtos à Base de Leite, Destinados ao Consumo Humano)].

6. Ambiente

Portaria n.º 77/96, de 9 de Março, DR n.º 59, Série I-B.

Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas actividades.

Despacho conjunto, Ministros da Economia e do Ambiente, DR n.º 64, II Série, de 15 de Março de 1996.

Determina as entidades acreditadas para intervirem no domínio do ambiente e o respectivo âmbito de actividade.

Despacho Normativo n.º 14/96, de 10 de Abril, DR n.º 85, Série I-B.

Altera o Despacho Normativo n.º 86/95, de 29 de Dezembro (aprova o regime de apoio específico aplicável aos projectos desenvolvidos no sector das indústrias de bens de equipamento e das tecnologias ambientais — PRODIBETA).

Portaria n.º 111/96, de 10 de Abril, DR n.º 85, Série I-B.

Altera a Portaria n.º 1248/83, de 7 de Dezembro (aprova a regulamentação técnica relativa aos aparelhos que queimam combustíveis gasosos e respectivos dispositivos de segurança).

7. Amnistia

Lei n.º 9/96, de 23 de Março, DR n.º 71, Série I-A.

Amnistia às infracções de motivação política cometidas entre 27 de Julho de 1976 e 21 de Junho de 1991.

8. Apoio à criança

V. *Segurança social*.

9. Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 15/96, de 2 de Maio, DR n.º 102, Série I-A.

Alteração ao Regimento da Assembleia da República.

10. Associações mutualistas

Portaria n.º 63/96, de 28 de Fevereiro, DR n.º 50, Série I-B.

Aprova o Regulamento de Registo das Associações Mutualistas e das Federações de Segurança Social Complementar. Revoga as disposições do regulamento anexo à Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, referentes ao registo das associações mutualistas.

11. Benefícios fiscais

Decreto-Lei n.º 37/96, de 6 de Maio, DR n.º 105, Série I-A.

Altera o artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, introduzindo a forma de as entidades isentas recuperarem o imposto incidente sobre os respectivos rendimentos à entrada dos fundos de investimento.

12. Boletim de saúde

V. *Ministério da Saúde*.

13. Bolsas de estudo

V. *Enfermagem*.

14. Códigos

Lei n.º 4/96, de 27 de Fevereiro, DR n.º 49, Série I-A.

Alteração, por rectificação, do Decreto-Lei n.º 165/95, de 15 de Julho, que altera o Código de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 154/91, de 23 de Abril.

Lei n.º 6/96, de 29 de Fevereiro, DR n.º 57, Série I-A.

Altera a data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro (revisão do Código de Processo Civil).

Decreto-Lei n.º 14/96, de 6 de Março, DR n.º 56, Série I-A.

Altera o artigo 504.º do Código Civil.

Desp. 54/MJ/96, de 27 de Março de 1996, DR n.º 74, II Série.

Determina a constituição da Comissão para a Reforma do Código de Processo Penal.

Decreto-Lei n.º 40/96, de 7 de Maio, DR n.º 106, Série I-B.

Altera o Código do Notariado (Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de Agosto).

15. Participações

V. *Medicamentos*.

16. Cosméticos

Portaria n.º 110/96, de 10 de Abril, DR n.º 85, Série I-B.

Aprova as listas de substâncias que não podem ser integradas na composição dos produtos cosméticos e de higiene corporal, bem como as listas daquelas cuja admissão é permitida, mediante determinadas restrições e condições. Revoga as Portarias n.ºs 613/87, de 16 de Julho, 1199/90 de 13 de Dezembro, 1019/92 e 1020/92,

de 31 de Outubro, 314/93, de 18 de Março, e 364/93, de 30 de Março.

17. Cultura

Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio, DR n.º 106, Série I-A.

Cria a Lei Orgânica do Ministério da Cultura.

18. Defesa do consumidor

Portaria n.º 104/96, de 6 de Abril, DR n.º 106, Série I-B.

Fixa o regime de grafismo a aplicar no fabrico e comercialização dos brinquedos.

V. *Alimentos e Medicamentos*.

19. Deficientes

Desp. 8/SESS/96, DR n.º 79, II Série, de 2 de Abril de 1996.

Determina que a pensão de aposentação por incapacidade dos deficientes das forças armadas é equiparada à pensão por acidente de trabalho atribuída a coberto da legislação especial, para o efeito de terem direito ao acesso às prestações de desemprego, nos termos e condições regulados no Dec.-Lei 79-A/89, de 13-3, com a redacção dada pelo Dec.-Lei 418/93, de 24-12.

20. Delegação de competências

Desp. 4/96, Secretário de Estado da Saúde, DR n.º 50, II Série, de 28 de Fevereiro de 1996.

Determina a alteração do Desp. 17/95, publicado no DR, 2.º, de 22-1-96, relativo à subdelegação de competências no conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento.

Desp. 5/96, Secretário de Estado da Saúde, DR n.º 50, II Série, de 28 de Fevereiro de 1996.

Determina a alteração do Desp. 18/95, de 21-12, publicado no DR, 2.º, de 22-1-96, relativo à subdelegação de competências no conselho de administração do Instituto Nacional de Emergência Médica.

Desp. 6/96, Secretário de Estado da Saúde, DR n.º 50, II Série, de 28 de Fevereiro de 1996.

Determina a alteração do Desp. 19/95, publicado no DR, 2.º, de 22-1-96, relativo à subdelegação de competências no conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Finança da Saúde.

Desp. 7/96, Secretário de Estado da Saúde, DR n.º 50, II Série, de 28 de Fevereiro de 1996.

Determina a alteração do Desp. 20/95, publicado no DR, 2.ª, de 22-1-96, relativo à subdelegação de competências no conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde.

Desp. 38/96, Ministra da Saúde, DR n.º 50, II Série, de 28 de Fevereiro de 1996.

Determina a alteração do Desp. 70/95, de 28-11, publicado no DR, 2.ª, de 20-1-96, relativo a delegação de competência no director-geral da Saúde.

Desp. 59/96, Ministra da Saúde, DR n.º 68, II Série, de 20 de Março de 1996.

Determina a revogação dos Desps. 77/95 e 18/96, publicados, respectivamente, em 20-1 e 13-2-96, e delega competências nos conselhos de administração dos hospitais, dos Centros Regionais de Oncologia de Lisboa, Coimbra e Porto, do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto e no director do Instituto de Genética Dr. Jacinto de Magalhães.

Desp. 111/96, DR n.º 103, II Série, de 3 de Maio de 1996.

Determina a revogação dos Desps. 75/95 e 16/96, publicados, respectivamente, no DR, 2.ª, de 20-1-96 e de 13-2-96, e a delegação de novas competências no conselho de administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência.

Desp. 112/96, Ministra da Saúde, DR n.º 103, II Série, de 3 de Maio de 1996.

Determina a revogação dos Desps. 74/95 e 24/96, publicados, respectivamente, no DR, 2.ª, de 26-1-96 e de 17-2-96, e a delegação de novas competências no director do Instituto de Sangue.

Desp. 113/96, Ministra da Saúde, DR n.º 103, II Série, de 3 de Maio de 1996.

Determina a revogação dos Desps. 78/95 e 19/96, publicados, respectivamente, no DR, 2.ª, de 20-1-96 e 13-2-96, e a delegação de competências nos directores dos Centros de Histocompatibilidade do Norte, do Centro e do Sul.

V. *Hospitais e Segurança social.*

21. Desemprego

Resolução n.º 18/96 (2.ª série), DR n.º 69, II Série de 21 de Março de 1996.

Nomeação de gestora para os programas de iniciativa comunitária «Emprego» e «ADAPT».

Decreto-Lei n.º 34/96, de 18 de Abril, DR n.º 92, Série I-A.

Altera o Decreto-Lei n.º 89/95, de 6 de Maio (regula a atribuição de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração).

22. Dispositivos médicos

Desp. 128/96, Ministra da Saúde, DR n.º 112, II Série, de 14 de Maio de 1996.

Determina a constituição de um grupo de trabalho para a definição dos requisitos a que devem obedecer os dispositivos médicos para diagnóstico *in vitro*, bem como os procedimentos de registo e de garantia de qualidade.

Portaria n.º 136/96, de 3 de Maio, DR n.º 103, Série I-B.

Aprova as normas técnicas relativas ao fabrico, comercialização e entrada em serviço dos dispositivos médicos e respectivos acessórios, bem como as regras aplicáveis à sua classificação.

23. Doenças transmissíveis

V. *Graus académicos.*

24. Educação

Resolução n.º 15/96 (2.ª série), DR n.º 57, II Série, de 7 de Março de 1996.

Constitui, no âmbito dos Ministérios da Educação e para a Qualificação e o Emprego, a Comissão Nacional para o Ano da Educação e Formação ao Longo da Vida, a qual tem por objectivo a promoção de acções relacionadas com aquele evento internacional.

V. *Formação.*

25. Enfermagem

Decreto-Lei n.º 25/96, de 20 de Março, DR n.º 68, Série I-A.

Prorroga até 31 de Julho de 1996 a data limite a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/95, de 5 de Agosto (regime do pessoal docente das escolas superiores de enfermagem).

Despacho conjunto, Ministros da Educação e da Saúde, DR n.º 79, II Série, de 2 de Abril de 1996.

Determina os critérios de avaliação curricular para a transição dos enfermeiros professores e dos assessores técnicos de enfermagem na área do ensino para a categoria de professor coordenador.

Acórdão n.º 36/96, DR n.º 103, II Série, de 3 de Maio de 1996.

Pedido de inconstitucionalidade orgânica do art. 72.º do Dec.-Lei 101/88, de 26-3, que aprovou o Estatuto do Pessoal das Administrações dos Portos, por um grupo de enfermeiros da Administração do Porto de Lisboa.

Acórdão n.º 368/96, DR n.º 110, II Série, de 11 de Maio de 1996.

Pedido de inconstitucionalidade formal do Regulamento de Bolsas de Estudo para a Frequência do Curso de Enfermagem Geral, aprovado por despacho do Ministro da Saúde publicado no DR, 2.ª série, de 3 de Outubro de 1985.

26. Ensino especial

Desp. 12/SESS/96, DR n.º 101, II Série, de 30 de Abril de 1996.

Determina o conceito de «dependência económica» para atribuição do subsídio de educação especial.

27. Ensino superior

Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril, DR n.º 81, Série I-A, suplemento.

Estabelece o regime de acesso ao ensino superior.

Desp. 62/ME/96, DR n.º 112, II Série, de 14 de Maio de 1996.

Define um conjunto de linhas de orientação geral, de medidas a desenvolver a médio prazo e um conjunto de medidas a concretizar de imediato que visam consolidar e reforçar a credibilidade do sistema de ensino superior particular e cooperativo.

28. Farmácias

Portaria n.º 146/96, de 7 de Maio, DR n.º 106, Série I-B.

Altera o n.º 13 da Portaria n.º 256/81, de 10 de Março, com a nova redacção dada pela Portaria n.º 792/91, de 8 de Agosto (escala de serviço permanente das farmácias).

29. Formação

Desp. conj. 19/ME/MQE/96, DR n.º 45, II Série, de 22 de Fevereiro de 1996.

Regulamento da Medida 2 do PRODEP – Formação Contínua de Professores e de Responsáveis pela Administração Educacional – FOCO.

Desp. 8/96, Ministro da Economia, DR n.º 66, II Série, de 18 de Março de 1996.

Determina o encerramento do sistema de candidatura aberta para as acções de formação profissional do Programa Operacional Formação Profissional e Emprego, no âmbito do programa quadro cometido à gestão do IEFEP referente a algumas medidas, adoptando um novo sistema de candidatura para as entidades externas.

Resolução n.º 17/96 (2.ª série), DR n.º 69, II Série, de 21 de Março de 1996.

Determina a criação de uma comissão para a inovação na formação destinada a preparar instrumentos e a promover iniciativas para inovação na formação e para assegurar a coordenação de iniciativas e programas comunitários com vista a melhorar a eficiência, a qualidade e a relevância da formação profissional em Portugal.

30. Fundações

Decreto-Lei n.º 27/96, de 30 de Março, DR n.º 77, Série I-A.

Cria a Fundação Aga Khan Portugal.

31. Governo

Decreto-Lei n.º 23/96, de 20 de Março, DR n.º 68, Série I-A.

Altera a Lei Orgânica do XIII Governo.

Declaração de rectificação n.º 5-B/96, de 30 de Março, DR n.º 77, Série I-A, suplemento.

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 23/96, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera a Lei Orgânica do XIII Governo, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 68, de 20 de Março de 1996.

32. Graus académicos

Desp. R/SAC/20/96, da Universidade Nova de Lisboa, DR n.º 102, II Série, de 2 de Maio de 1996.

Regulamento do Mestrado em Doenças Transmissíveis.

Desp. R/SAC/21/96, da Universidade Nova de Lisboa, DR n.º 102, II Série, de 2 de Maio de 1996.

Regulamento do Mestrado em Toxicodependência.

33. Hospitais

Aviso, Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo, DR n.º 61, II Série, de 12 de Março de 1996.

Regulamento Interno do Centro de Responsabilidade de Psiquiatria e Saúde do Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo.

Desp. 99/96, Ministra da Saúde, DR n.º 101, II Série, de 30 de Abril de 1996.

Determina que o Hospital Distrital de Beja passe a denominar-se Hospital José Fernandes – Beja.

Deliberação, conselho de administração do Hospital de S. Pedro – Vila Real, DR n.º 109, II Série, de 10 de Maio de 1996.

Delegação de competências no administrador-delegado do Hospital de S. Pedro – Vila Real.

Portaria n.º 152/96, de 14 de Maio, DR n.º 112, Série I-B.

Aprova a zona de protecção do Hospital de São Bernardo – Setúbal, no município de Setúbal.

Portaria n.º 163/96, de 17 de Maio, DR n.º 115, Série I-B.

Aprova a zona de protecção do Hospital de Vialonga no município de Vila Franca de Xira.

V. Delegação de competências e Quadros.

34. Idosos

Despacho conjunto, Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Justiça, da Economia, da Saúde e da Solidariedade Social, DR n.º 61, II Série, de 12 de Março de 1996.

Determina a constituição de um grupo de trabalho para a criação do cartão do idoso, para pessoas de 65 anos e mais, que habilita os portadores ao acesso a determinados bens e regalias.

Desp. 4/SEIS/96, DR n.º 77, II Série, de 30 de Março de 1996.

Determina a apresentação de um relatório pelo Comité de Gestão do Programa Idosos em Lar acerca da avaliação dos resultados obtidos pelo mesmo programa.

35. Igualdade no trabalho

V. Regiões autónomas.

36. Incompatibilidades

Lei n.º 12/96, de 18 de Abril, DR n.º 92, Série I-A.

Estabelece um novo regime de incompatibilidades.

Acórdão n.º 468/96, DR n.º 11, II Série, de 13 de Maio de 1996.

Pedido de declaração, com força obrigatória geral, de inconstitucionalidade das normas constantes do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, por violarem o disposto no artigo 13.º, n.ºs 1 e 2, da CRP que consagram os princípios de igualdade e do Estado de direito democrático.

37. Investimento estrangeiro

Decreto Regulamentar n.º 2/96, de 16 de Março, DR n.º 114, Série I-B.

Regula o regime contratual de investimento estrangeiro aplicável aos projectos com especial interesse para a economia nacional.

38. Liberdade de imprensa

Lei n.º 8/96, de 14 de Março, DR n.º 63, Série I-A.

Revoga a Lei n.º 15/95, de 25 de Maio, eliminando limitações à liberdade de imprensa.

39. Medicamentos

Desp. 1/96, Secretário de Estado da Saúde, DR n.º 57, II Série, de 7 de Março de 1996.

Determina as condições de fornecimento e utilização do HIVID (zalcitabina) e define as entidades a quem compete assumir os respectivos encargos.

Portaria n.º 72/96, de 7 de Março, DR n.º 57, Série I-B.

Aprova o novo Regulamento da Comissão Técnica de Medicamentos. Revoga a Portaria n.º 258/91, de 30 de Março.

Portaria n.º 78/96, de 11 de Março, DR n.º 60, Série I-B.

Aprova o procedimento de análise dos pedidos de alteração das autorizações de introdução de medicamentos, a sua tipologia, bem como os pressupostos necessários à sua autorização.

Aviso, INFARMED, DR n.º 78, II Série, de 1 de Abril de 1996.

Lista de medicamentos comparticipáveis no Serviço Nacional de Saúde relativa ao ano de 1995.

Portaria n.º 123/96, de 17 de Abril, DR n.º 91, Série I-B.

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Publicidade de Medicamentos.

Portaria n.º 161/96, de 16 de Maio, DR n.º 114, Série I-B.

Estabelece os procedimentos de autorização de introdução de medicamentos no mercado, bem como o conteúdo do resumo das características do medicamento.

V. Preços.

40. Ministério da Saúde

Desp. 8/96, Secretário de Estado da Saúde, DR n.º 57, II Série, de 7 de Março de 1996.

Designa o Conselho Consultivo dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde.

Desp. 57/96, Ministra da Saúde, DR n.º 64, II Série, de 15 de Março de 1996.

Determina medidas no âmbito dos acordos celebrados entre o Governo, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, a Frente Sindical da Administração Pública e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado tendente à regularização progressiva da situação do pessoal que satisfaz necessidades permanentes dos serviços do Ministério da Saúde através de formas de vinculação precária.

Aviso, INEM, DR n.º 112, II Série, de 14 de Maio de 1996.

Plano de Fardamento do Pessoal do Centro de Orientação de Doentes Urgentes - CDU e Viatura Médica de Emergência e Reanimação - VMER.

Desp. 146/96, Ministra da Saúde, DR n.º 115, II Série, de 17 de Maio de 1996.

Determina que os modelos do boletim de saúde da grávida, do boletim de saúde infantil e juvenil e do boletim de planeamento familiar são aprovados por despacho da Ministra da Saúde e exclusivos da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E. P.

V. Delegação de competências e Segurança social.

41. Orçamento

Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, DR n.º 71, Série I-A, 2.º suplemento.

Orçamento do Estado para 1996.

V. Regiões autónomas.

42. Plano

Lei n.º 10-A/96, de 23 de Março, DR n.º 71, Série I-A.

Grandes opções do Plano para 1996.

V. Regiões autónomas.

43. Polícia sanitária

Portaria n.º 100/96, de 1 de Abril, DR n.º 78, Série I-B.

Altera o Regulamento dos Controlos Veterinários Aplicáveis ao Comércio Intracomunitário de Produtos de Origem Animal, aprovado pela Portaria n.º 576/93, de 4 de Junho.

Despacho conjunto, Presidência do Conselho de Ministros e Ministros das Negócio Estrangeiros, das Finanças, da Administração Interna, da Economia e Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, DR n.º 80, II Série, de 3 de Abril de 1996.

Determina a suspensão da entrada no território nacional de quaisquer animais vivos, carnes frescas ou produtos destinados à alimentação animal que incluam constituintes provenientes de animais da espécie bovina.

Portaria n.º 113/96, de 12 de Abril, DR n.º 87, Série I-B.

Altera a Portaria n.º 522/95, de 31 de Maio (aprova o Regulamento das Condições de Polícia Sanitária Que Regem a Introdução no Mercado de Animais e de Produtos de Aquicultura).

Portaria n.º 119/96, de 16 de Abril, DR n.º 90, Série I-B.

Altera o n.º 6 da Portaria n.º 467/90, de 22 de Junho (estabelece as normas técnicas de execução regulamentar relativas às condições gerais e especiais a que obedecem a expedição de animais, os mercados, concentrações e estábulos de negociantes e respectivo controlo sanitário).

Despacho conjunto, Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, DR n.º 105, II Série, de 6 de Maio de 1996.

Determina as medidas sanitárias que, cautelarmente, devem ser tomadas para garantir a salvaguarda da saúde pública a propósito da admissibilidade de relação entre a encefalopatia espongiforme e a doença Creutzfeldt Jacob.

Portaria n.º 144-A/96, de 6 de Maio, DR n.º 105, Série I-B, suplemento.

Estabelece normas relativamente ao abate compulsivo de bovinos no âmbito do plano de vigilância e erradicação da encefalopatia espongiforme dos bovinos.

V. Alimentos.

44. Preços

Aviso, INSA, DR n.º 49, II Série, de 27 de Fevereiro de 1996.

Tabela de preços de análises de natureza sanitária do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

Despacho Normativo n.º 8/96, de 28 de Fevereiro, DR n.º 50, Série I-B.

Fixa para 1996 o coeficiente de agravamento médio ponderado a aplicar na revisão dos preços das especialidades farmacêuticas não comparticipáveis.

45. Presidente da República

Lei n.º 7/96, de 29 de Fevereiro, DR n.º 51, Série I-A.

Define as estruturas de apoio técnico e pessoal e de gestão patrimonial, administrativa e financeira do órgão de soberania Presidente da República.

Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de Fevereiro, DR n.º 81, Série I-A.

Regulamenta a Lei n.º 7/96, de 29 de Fevereiro, sobre o órgão de soberania Presidente da República.

46. Privatizações

Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/96, de 5 de Março, DR n.º 55, Série I-B.

Aprova o programa das privatizações.

Decreto-Lei n.º 24/96, de 20 de Março, DR n.º 68, Série I-A.

Institui um novo enquadramento legal das participações de entes comunitários no capital de sociedades reprivatizadas, em processo de reprivatização ou a reprivatizar.

47. Produtos de origem humana

Desp. 62/96, Ministra da Saúde, DR n.º 70, II Série, de 22 de Março de 1996.

Determina a criação de um grupo de trabalho para o estudo da possibilidade de criação de um registo nacional de produtos biológicos de origem humana ou de biotecnologia.

48. Protecção de dados pessoais
Parecer n.º 23/95, Procuradoria-Geral da República, DR n.º 45, II Série, de 22 de Fevereiro de 1996.

Acesso a ficheiros e registos informáticos para conhecimento de dados pessoais relativos a terceiros e respectiva interconexão.

49. Protecção de animais
Decreto-Lei n.º 28/96, de 2 de Abril, DR n.º 79, Série I-A.

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/119/CE, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativa à protecção dos animais no abate com occisão.

50. Publicidade
V. Medicamentos.

51. Quadros
Decreto Regulamentar Regional n.º 17/96/A, de 26 de Março, DR n.º 73, Série I-B.

Altera o quadro de pessoal do Hospital de Ponta Delgada.

V. Regiões autónomas.

52. Quadro comunitário de apoio
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/96, de 22 de Abril, DR n.º 95, Série I-B.

Determina o desenvolvimento integrado do sistema de informação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/96, de 22 de Abril, DR n.º 95, Série I-B.

Estabelece um conjunto de medidas sobre a reprogramação de intervenções operacionais incluídas no Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/96, de 13 de Maio, DR n.º 111, Série I-B.

Estabelece um conjunto de medidas sobre o sistema de gestão das intervenções operacionais incluídas no Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

V. Desemprego e Saúde.

53. Regiões autónomas
Decreto Legislativo Regional n.º 3-A/96/M, de 29 de Fevereiro, DR n.º 51, Série I-A, suplemento.

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 1996.

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/96/M, de 15 de Março, DR n.º 64, Série I-B.

Disciplina o regime de igualdade de tratamento no trabalho e no emprego entre homens e mulheres no âmbito da Região Autónoma da Madeira.

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 8/96/M, de 16 de Março, DR n.º 65, Série I-B.

Estabelece normas sobre revisão constitucional.

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 5/96/A, de 29 de Março, DR n.º 76, Série I-B.

Aprova o Plano Regional para 1996.

Decreto Legislativo Regional n.º 5/96/A, de 12 de Abril, DR n.º 87, Série I-B.

Estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1996.

Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A, de 22 de Abril, DR n.º 95, Série I-B.

Altera os quadros de pessoal dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores.

V. Quadros.

54. Regulamentos
V. Associações mutualistas, Medicamentos e Hospitais.

55. Revisão constitucional
V. Regiões autónomas.

56. Ruído
V. Ambiente.

57. Saúde
Desp. 41/96, Ministra da Saúde, DR n.º 57, II Série, de 7 de Março de 1996.

Determina a criação e composição do grupo de trabalho para a elaboração da Carta dos Equipamentos da Saúde.

Desp. 43/96, Ministra da Saúde, DR n.º 57, II Série, de 7 de Março de 1996.

Determina a composição e regras de funcionamento do Conselho de Reflexão sobre a Saúde, criado através da Resolução do Conselho de Ministros 13/96, de 24-1.

Acórdão n.º 731/95, DR n.º 73, II Série, de 26 de Março de 1996.

Pedido de declaração, com força obrigatória geral, de inconstitucionalidade das normas constantes das bases iv, n.º 1, xii, n.º 1, xxviii, n.º 2, alínea d), xxxiv, xxxv, n.º 1, e xxvii, n.º 1 da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto (Lei de Bases da Saúde).

Resolução n.º 24/96 (2.ª série), DR n.º 93, II Série, de 19 de Abril de 1996.

Nomeia o gestor da Intervenção Operacional da Saúde.

58. Saúde mental
V. Hospitais.

59. Saúde ocupacional
Portaria n.º 101/96, de 3 de Abril, DR n.º 80, Série I-B.

Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.

Portaria n.º 109/96, de 10 de Abril, DR n.º 85, Série I-B.

Altera os anexos i, ii, iv e v da Portaria n.º 1131/93, de 4 de Novembro [estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual (EPI)].

60. Segurança rodoviária
Portaria n.º 117-A/96, de 15 de Abril, DR n.º 89, Série I-B.

Aprova o Regulamento de Inspeções Periódicas Obrigatórias a Veículos Automóveis.

Desp. DGV 13/96, DR n.º 113, II Série, de 15 de Maio de 1996.

Determina a criação do impresso destinado à emissão do certificado de dispensa do uso do cinto de segurança.

Revoga o Desp. DGV 26/93, de 4-10.

61. Segurança social
Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/96 de 9 de Março, DR n.º 59, Série I-B.

Cria e estabelece as regras de funcionamento da Comissão do Livro Branco da Segurança Social.

Despacho conjunto, Ministros da Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, DR n.º 77, II Série, de 30 de Março de 1996.

Determina a criação de uma comissão conjunta composta por dois elementos a designar pelo Ministro da Solidariedade e Segurança Social e

dois elementos a designar pela Ministra da Saúde para avaliar as condições em que se processa a participação dos serviços responsáveis dos ministérios na concessão de prestações pecuniárias aos beneficiários da segurança social.

Decreto-Lei n.º 32/96, de 11 de Abril, DR n.º 86, Série I-A.

Altera a data de entrada em vigor da nova Lei Orgânica do Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social.

Desp. 41/MSSS/96, DR n.º 111, II Série, de 13 de Maio de 1996.

Delegação de competências no Comissário Regional do Norte da Luta contra a Pobreza.

Desp. 42/MSSS/96, DR n.º 111, II Série, de 13 de Maio de 1996.

Delegação de competências na Comissária Regional do Sul da Luta contra a Pobreza.

Resolução n.º 28/96 (2.ª série), de 14 de Maio de 1996, DR n.º 112, II Série.

Determina o modo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da coordenação dos programas de inserção social da comunidade timorense em Portugal aprovados no âmbito dos diversos ministérios.

Decreto-Lei n.º 35/96, de 2 de Maio, DR n.º 103, Série I-A.

Estabelece a Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Desp. 43/MSSS/96, DR n.º 115, II Série, de 17 de Maio de 1996.

Determina que da percentagem de 30% do resultado líquido obtido com a venda da lotaria instantânea, atribuída pela al. a) do art. 2.º do Dec.-Lei 314/94, de 23-8, a projectos de apoio a crianças carenciadas, seja entregue à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no ano de 1996, o montante de 800 milhares de escudos para aplicação em programas integráveis no objectivo fixado no citado decreto-lei.

62. Serviço Nacional de Saúde

V. *Medicamentos.*

63. SIDA

V. *Medicamentos.*

64. Toxicodependência

Portaria n.º 93/96, de 26 de Março, DR n.º 73, Série I-B.

Define os procedimentos de diagnóstico e dos exames periciais necessários à caracterização do estado de toxicodependência.

V. *Graus académicos.*

65. Trabalho infantil

Despacho conjunto, Ministérios da Justiça, da Educação, para a Qualificação e o Emprego e da Solidariedade e Segurança Social, DR n.º 79, de 2 de Abril de 1996.

Determina a constituição de um grupo de trabalho intraministerial para o combate ao trabalho infantil com o objectivo de elaborar um plano operacional para o combate a este fenómeno, bem como estudar e propor medidas legislativas de suporte.

66. Tribunais

Decreto-Lei n.º 18/96, de 19 de Maio, DR n.º 67, Série I-A.

Altera o Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho (regulamenta a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais).

Lei n.º 13/96, de 20 de Abril, DR n.º 94, Série I-A.

Altera a Lei n.º 86/89, de 8 de Setembro (reforma do Tribunal de Contas).

67. Universidades

Desp. 24/ME/96, DR n.º 56, II Série, de 6 de Março de 1996.

Designa o Prof. Doutor António Francisco Ferreira dos Santos, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, para integrar o conselho de avaliação e estrutura de coordenação da Fundação das Universidades Portuguesas para avaliação e acompanhamento das universidades.

Decreto-Lei n.º 15/96, de 6 de Março, DR n.º 56, Série I-A.

Determina a obrigatoriedade da divulgação pública anual da composição do corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior público, particular e cooperativo, bem como da Universidade Católica Portuguesa.

68. Violência

Lei n.º 10/96, de 23 de Março, DR, n.º 71, Série I-A.

Altera o regime de protecção às vítimas de crimes violentos.